

**TERMO DE REFERÊNCIA**

A **FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC/CEPON – FAHECE**, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, qualificada como organização social pelo Decreto nº 4.700/06, por meio de sua Superintendente, e o **CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE SANTA CATARINA – HEMOSC**, na qualidade de INTERVENIENTE/BENEFICIÁRIO, tornam pública a instauração de **processo de coleta de preços nº 019/2020 destinado à contratação de empresa especializada em engenharia, para a execução do Projeto Preventivo Contra Incêndio e Pânico para a sede do HEMOSC Florianópolis, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**, que será regido pelas regras estabelecidas no presente Termo de Referência, na normativa própria de contratações da FAHECE, aprovada internamente por meio da Instrução Normativa nº 005/2018, bem como nas normas aplicáveis. Os recursos que viabilizarão a aquisição são provenientes de repasses oriundos do Contrato de Gestão firmado entre a FAHECE e a Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina.

Para contratação do objeto serão considerados os requisitos abaixo relacionados:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES
1	OBJETO: 1.1 Contratação de empresa especializada em engenharia, para a execução do Projeto Preventivo Contra Incêndio e Pânico para a sede do CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE SANTA CATARINA – HEMOSC, localizada em Florianópolis, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
2	JUSTIFICATIVA: 2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, que fixou prazo para a apresentação e aprovação do Projeto Preventivo Contra Incêndio e Pânico para a sede do CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE SANTA CATARINA – HEMOSC, localizada em Florianópolis.
3	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: 3.1. Execução de projeto preventivo contra incêndio e pânico – PPCI, incluindo as adequações no projeto arquitetônico do HEMOSC, necessárias ao atendimento das disposições de norma quanto à prevenção contra incêndio e pânico. a) O projeto deve ser desenvolvido com base nos desenhos referenciais fornecidos e em levantamentos a serem feitos no local e, deve contemplar as análises sobre as condições existentes e as exigíveis, em termos de saídas, rampas, caminhamento, escadas, e todos os demais itens determinados pelas normas. b) O projeto deve atender à situação arquitetônica atual ou contemplar



possíveis ajustes de layout, caso já estejam disponíveis por ocasião do trabalho, devendo a engenharia da FAHECE ser consultada a este respeito;

c) As alterações e adições arquitetônicas necessárias devem ser discutidas com a engenharia da FAHECE antes de constarem definitivamente no projeto.

3.2. Os projetos devem incluir os seguintes sistemas:

3.2.1. SISTEMA HIDRÁULICO PREVENTIVO – SHP

a. Será fornecido o projeto arquitetônico atualizado no qual está localizado, de forma básica, o trajeto da tubulação de hidrantes existente, seus diâmetros e localização das caixas de mangueiras existentes.

b. A contratada deverá conferir, através de levantamento local, a tubulação de hidrantes existente e seus componentes, considerando comprimentos, diâmetros, cotas, perdas de carga e demais parâmetros necessários para os cálculos de dimensionamento;

c. O projeto deve considerar, tanto quanto possível, o uso da rede de hidrantes existente. As alterações necessárias neste item devem ser submetidas à análise da engenharia da FAHECE.

d. Deve ser avaliado o volume da RTI existente e, caso não seja suficiente para o atendimento às disposições de norma, devem ser apresentadas à Engenharia da FAHECE as soluções possíveis e respectivas estimativas de custos, para que esta decida qual utilizar.

e. A solução acima pode determinar o uso de RTI em cisterna existente ou, caixa elevada ou, cisterna a ser construída;

f. Em qualquer das situações, a engenharia da FAHECE deve ser consultada;

g. Não faz parte do escopo o projeto estrutural destes possíveis reservatórios, mas sim o dimensionamento de sua capacidade e localização;

h. No caso da utilização de cisterna há a conseqüente necessidade do uso de rede pressurizada. Neste caso, o projeto deve incluir o dimensionamento das respectivas bombas, principal e auxiliar.

i. Ainda no caso da necessidade de rede pressurizada:

- Deve ser feita a análise da possibilidade de alimentação elétrica da bomba auxiliar através do gerador ao invés de combustível, com base na inspeção das condições existentes.
- Caso ambas as soluções para alimentação da bomba auxiliar sejam possíveis, a contratada deverá apresentar as alternativas e suas características à FAHECE, a quem caberá a decisão.
- Caso a opção seja por alimentação através do gerador, é parte do escopo o dimensionamento e projeto elétrico da linha de alimentação, em toda a sua extensão, incluindo a infraestrutura necessária;
- Deve estar inclusa a execução do projeto elétrico de circuito exclusivo para a alimentação da bomba principal, em toda a sua extensão, incluindo a infraestrutura necessária, a partir de um quadro específico a ser definido;
- O disjuntor para o circuito exclusivo será posicionado no quadro acima

mencionado, sendo este existente ou a ser instalado, sendo que quaisquer destas alternativas são parte do escopo;

- O projeto deve contemplar o detalhamento dos painéis elétricos de comando e sinalização de estado das bombas de pressurização do sistema de hidrantes, um situado no local das bombas, e outro num local com vigilância constante, contendo todos os dados necessários às suas fabricações, de acordo com as normas do CBMSC, incluindo a infraestrutura para o cabeamento de alimentação e sinalização para estes painéis, que abranja todo o caminhamento necessário entre os pontos;

3.2.2. SISTEMA DE PROTEÇÃO POR EXTINTORES – SPE

- a) Será fornecido o projeto arquitetônico atualizado onde constam a situação e tipos de extintores instalados.
- b) A contratada deverá fazer a verificação destes equipamentos, com base nas normas, indicando quais devem ter suas posições ou especificações alteradas e quais devem ser adicionados.

3.2.3. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS – SPDA

- a) Será fornecido como embasamento para os estudos e projeto um relatório sobre o SPDA executado recentemente pela empresa Belman;
- b) A contratada deverá fazer o levantamento das instalações existentes, verificando o que pode ser aproveitado e o que deve ser adicionado;
- c) Deve ser prevista nova malha de aterramento, uma vez que existem indícios de que a existente está contaminada com neutro das instalações elétricas do prédio;
- d) Deve ser prevista solução para a fixação dos suportes dos cabos sobre os rufos de alumínio das platibandas, de forma a se conseguir estanqueidade às águas e chuva nestes pontos;

3.2.4. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA – SIE

- a) Será fornecido o projeto arquitetônico atualizado, no qual estão localizadas as luminárias de emergência existentes;
- b) A contratada deverá fazer a conferência, através de levantamento local;
- c) O projeto deve considerar, tanto quanto possível, o uso das luminárias existente, alterando ou adicionando só o que for necessário;
- d) As luminárias a serem utilizadas devem ser do tipo bloco autônomo;
- e) O projeto deve prever circuito exclusivo para o sistema de iluminação e sinalização de emergência, incluindo toda a infraestrutura e cabeamento, desde um ponto a ser definido pela Engenharia da FAHECE;

3.2.5. SISTEMA DE SINALIZAÇÃO PARA ABANDONO DO LOCAL – SAL

- a) Cabem as mesmas especificações do item 3.2.4.

**3.2.6. SISTEMA DE SAÍDAS DE EMERGÊNCIA - SSE**

- a) A contratada deve levantar no local todos os componentes do sistema de saída de emergência, como portas, rampas, escadas, guarda-corpos, corrimãos, distâncias de caminhamento, etc., indicando onde e como estes itens tenham de ser adequados, se for o caso;
- b) Estas alterações devem ser discutidas com a Engenharia da FAHECE antes de serem incorporadas definitivamente ao projeto.

3.2.7. SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO DE INCÊNDIO – SADI

- a) O sistema deve ser do tipo “Wireless”, com componentes endereçáveis, composto de:
- Sensores de fumaça (óticos ou termovelocimétricos, conforme a necessidade);
 - Acionadores manuais;
 - Sirenes audiovisuais;
 - Central de alarme;
 - Repetidores de sinal (conforme necessário);
 - Placas sinalizadoras.
- b) Os componentes devem ser distribuídos conforme a norma, pela área do projeto;
- c) Os sinalizadores sonoros devem ser distribuídos de forma a manter a potência sonora estabelecida pela norma;
- d) Deve ser prevista alimentação elétrica para a central;
- e) No caso da existência de portas com fechadura ou acionamento elétrico, para cada uma deve ser previsto um módulo de conexão wireless com a central, que deve acionar a abertura da porta em caso de alarme de incêndio.

3.2.8. PLANO DE EMERGÊNCIA

- a) O plano de emergência deve ser desenvolvido segundo as normas aplicáveis, em relação à simbologia, cores tamanhos de letras, etc.;
- b) O trabalho deve incluir o desenho de uma placa específica para cada ambiente;
- c) Os desenhos das placas devem ser fornecidos em arquivo do tipo CDR, no formato de imagem, para impressão no tamanho ISSO A3, sendo um arquivo para cada placa.

3.2.9. Disposições Gerais

- a) O trabalho deve conter todo o necessário para a completa execução do objeto, sem se limitar ao que conste nas especificações anteriores;
- b) A engenharia da FAHECE tem a prioridade sobre a contratada em relação às definições de: sistemas, materiais, posições, e tudo mais que caracterizará o projeto, desde que dentro das normas e condições de exequibilidade do projeto, devendo para tanto, a contratada prover à FAHECE os subsídios necessários para as tomadas de decisão;
- c) Faz parte do escopo a entrega dos projetos, com base nas



	<p>informações levantadas e calculadas, em meio digital, em arquivo DWG e, impresso, em uma via, este contendo a assinatura do projetista responsável;</p> <p>d) Deve ser desenvolvida uma versão documental do projeto, apresentando as instalações já adequadas às condições necessárias, determinadas pelos estudos e cálculos, em consonância com as normas;</p> <p>e) Esta versão será destinada à aprovação no CBMSC;</p> <p>f) Deve ser desenvolvida uma versão do projeto destinada à execução das obras de ajuste, denominada de “Projeto Executivo”, mostrando claramente, através de cores e legendas, onde devem ser efetuadas as possíveis intervenções necessárias;</p> <p>g) Além dos projetos, é parte do escopo a elaboração de planilha contendo as especificações e quantidades precisas dos itens envolvidos na execução das possíveis intervenções nos sistemas existentes, e novos itens, incluindo todas as obras necessárias e infraestruturas para a execução total do objeto;</p> <p>h) Quando houver alternativas para itens que dependam de decisão da FAHECE, a contratada deve prover os subsídios necessários a esta tomada de decisão, em termos de custos, posturas legais, técnicas, estéticas, etc.</p> <p>i) É parte do escopo a tramitação do projeto do CBMSC e seus possíveis ajustes, até a aprovação;</p> <p>j) Caso o projeto retorne da análise no CBMSC com solicitações de ajustes, estes devem ser feitos pela contratada, em prazo determinado, em tantas vezes quantas necessárias, até que haja a aprovação.</p> <p>k) A Contratada deve atender, caso seja solicitada a prestar explicações ou esclarecimentos ao CBMSC, seja através de relatórios, ou reuniões na corporação ou no HEMOSC.</p>
4	<p>LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:</p> <p>4.1 Os projetos serão desenvolvidos na sede da CONTRATADA e, sempre que necessário, serão realizadas visitas técnicas no Hemocentro Coordenador: Av. Prof. Othon Gama D'Eça, 756 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-240.</p>
5	<p>OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:</p> <p>5.1 Indicar um Responsável Técnico por ocasião da execução dos serviços, devendo este fornecer a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei 13.309, de 09 de agosto de 2010.</p> <p>5.2 O técnico responsável pela assinatura da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica deverá estar apto a fornecer ART para os serviços de instalação de sistema de alarme e detecção de incêndio de edificação comercial de 1.393,81m², mediante apresentação do registro regularizado e atualizado no respectivo conselho regional responsável.</p> <p>5.3 Prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, atendendo a quantidade, com qualidade e tecnologia adequadas, observando as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.</p>



5.4 Garantir a execução do objeto assim que convocada para tal, impreterivelmente a partir da assinatura do contrato.

5.5 Designar um representante perante a CONTRATANTE para prestar esclarecimentos e atender as reclamações e solicitações que possam surgir durante a vigência contratual.

5.6 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desta contratação, ficando claro que a ação ou omissão da fiscalização da CONTRATANTE, seja ela total ou parcial, não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade.

5.7 Responder prontamente às solicitações da CONTRATANTE, pessoalmente ou mediante telefone ou e-mail, ou qualquer outro meio eficiente que assegure ciência quanto à solicitação, bem como esclarecer todas as dúvidas que possam surgir relacionadas ao objeto deste instrumento.

5.8 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito e em tempo hábil, qualquer anormalidade que esteja impedindo a execução do objeto, prestando os esclarecimentos e/ou informações necessárias.

5.9 Zelar pela perfeita execução do objeto, de acordo com os prazos apresentados, sanando as eventuais falhas imediatamente após sua verificação.

5.10 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do termo de contrato, ao constatar-se vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sendo, ainda, responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros.

5.11 Responsabilizar-se, às suas expensas e com material apropriado, pela proteção dos bens móveis e toda a área física onde for executado o objeto, a ser observado, especialmente, em caso de risco de danos ou manchas que possam decorrer dos serviços;

5.12 Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por quaisquer danos, avarias, extravios e inutilização de objetos, causados à CONTRATANTE/INTERVENIENTE ou a terceiros, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, decorrentes de sua culpa ou dolo, indenizando-a(os), pelo justo valor.

5.13 Fornecer o ferramental e materiais necessários aos seus profissionais.

5.14 Fiscalizar permanentemente a disciplina e pontualidade do seu quadro de pessoal responsável pela execução do objeto deste Termo de Referência.

5.15 Afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente, cause embaraço à boa execução dos serviços.

5.16 Comunicar a CONTRATANTE a conclusão na execução do objeto, a fim de que esta efetue a vistoria, quando cabível. Concluída a vistoria, a CONTRATADA poderá ser notificada para corrigir eventuais irregularidades constatadas.

5.17 Manter o local da execução do objeto e as áreas eventualmente afetadas permanentemente limpas, procedendo, ao término da execução, a limpeza e remoção do material indesejável.

5.18 Fornecer à CONTRATANTE todos os documentos por ela solicitados pertinentes à execução dos serviços solicitados pela CONTRATANTE ou seus



fiscais;

5.19 Zelar pelo patrimônio público e da CONTRATANTE;

5.20 Manter a escala nominal com as informações atualizadas dos seus profissionais, nos diversos serviços, conforme programação das atividades.

5.21 Informar à CONTRATANTE, para efeito de controle de acesso às dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na execução do objeto;

5.22 Utilizar técnicos/funcionários devidamente selecionados, uniformizados, portando crachás de identificação autenticados pela empresa e treinados pelo fabricante, garantindo a manutenção do estado original e de seus sistemas, bem como alta confiabilidade no funcionamento dos equipamentos, quando cabível.

5.23 Observar durante a execução do contrato decorrente do presente Termo de Referência, dentre outras aplicáveis, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, com destaque para a NR 23 – Proteção contra incêndios e NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

5.24 Guardar sigilo sobre dados e informações fornecidos pela CONTRATANTE, ou a que tenha tido acesso na execução do objeto deste Termo de Referência, obrigando-se, por si, seus empregados ou contratados, a não os divulgar nem os fornecer a terceiros, sem autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

5.25 Não transferir a terceiros, de nenhuma forma, a prestação do serviço contratado, tampouco subcontratar, parcial ou integralmente, a prestação a que está obrigada, senão mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

5.26 Manter, durante todo o prazo da contratação, as condições aqui assumidas, apresentando, sempre que a CONTRATANTE requerer, os respectivos comprovantes que demonstram o cumprimento desta exigência.

5.27 A CONTRATADA deverá elaborar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, relatórios gerenciais e ou técnicos referentes aos serviços produzidos, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação.

5.28 Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto da contratação, tais como: materiais; salários; seguros de acidentes; equipamentos de proteção individual; taxas, impostos e contribuições previdenciárias; indenizações; vale-refeição; vale-transporte, encargos trabalhistas, comerciais e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

5.29 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas ou derem causa os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE.

5.30 Assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos e quaisquer impostos, taxas, licenças, encargos sociais, trabalhistas,



	<p>previdenciários, administrativos e financeiros, alvarás e quaisquer ônus fiscais de natureza federal, estadual e municipal, incidente direta ou indiretamente sobre a execução dos serviços, ou qualquer outra atividade relativa à execução dos serviços objeto do contrato decorrente deste Termo de Referência.</p> <p>5.31 Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços, fornecendo os EPIs adequados às atividades a serem executadas e fiscalizar o uso destes pelos colaboradores. A CONTRATANTE poderá paralisar a execução do objeto deste Termo de Referência enquanto a CONTRATADA não regularizar a obrigação prevista nesta cláusula, sendo que o ônus da paralisação correrá por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.</p> <p>5.32 Seguir e obedecer os procedimentos adequados para a execução dos serviços, bem como todas as normas vigentes e procedimentos internos a que a CONTRATANTE está sujeita, principalmente aquelas referentes às normas de segurança do trabalho exigidas pela legislação pertinente.</p> <p>5.33 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e tributários, que incidam, direta ou indiretamente, sobre os serviços contratados, sob pena de ação regressiva.</p> <p>5.34 Cumprir e fiscalizar o cumprimento pelos seus empregados dos dispositivos legais previstos nas Normas Regulamentadoras instituídas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, bem como das Instruções Normativas sobre Saúde e Segurança da CONTRATANTE, sob pena de aplicação das Sanções previstas neste Termo.</p> <p>5.35 Manter atualizados e apresentar, sempre que forem solicitados, documentos de quitação e controle dos haveres trabalhistas, como recibo de salário; depósito do FGTS; recolhimento do INSS; Recibo de Entrega e Fiscalização dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual); PPR (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais); PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional); LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho); ASOs (Atestados de Saúde Ocupacionais) e Certificados/Certidões de Treinamento.</p> <p>5.36 A CONTRATANTE poderá requerer documentação diversa da citada anteriormente, tendo a CONTRATADA 7 (sete) dias úteis para o cumprimento.</p> <p>5.37 Todas as responsabilidades civis, criminais e trabalhistas, decorrentes do presente instrumento, são integrais e exclusivas da CONTRATADA, perdurando os efeitos desta cláusula mesmo após a rescisão contratual.</p>
6	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: <p>6.1. Viabilizar o acesso ao local dos serviços na data e nos horários previamente acordados com a CONTRATADA;</p> <p>6.2. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA cumpra suas obrigações na forma deste Termo de Referência;</p> <p>6.3. Rejeitar no todo, ou em parte, os serviços inadequados, solicitando que sejam refeitos a expensas da CONTRATADA.</p>



	<p>6.4. Efetuar e atestar o pagamento dos serviços na forma deste Termo de Referência;</p> <p>6.5. Notificar, por escrito, a contratada, da constatação de quaisquer irregularidades pertinentes ao bom andamento dos serviços.</p>
7	<p>PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:</p> <p>7.1 A entrega e protocolo junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina dar-se-á, impreterivelmente, em até 100 dias, conforme cronograma de execução abaixo:</p> <p>Etapa 1. Desenvolvimento dos estudos e projetos prévios: D0 a D44;</p> <p>Etapa 2. Apresentação à engenharia da FAHECE, dos estudos e projetos prévios, incluindo todos os pontos que dependam de suas decisões e os subsídios necessários a estas: D45 a D49;</p> <p>Etapa 3. Definições da FAHECE, com a participação da CONTRATADA, quando solicitada: D50 a D59;</p> <p>Etapa 4. Desenvolvimento do projeto: D60 a D89;</p> <p>Etapa 5. Apresentação formal e entrega do projeto à FAHECE: D90 a D94;</p> <p>Etapa 6. Protocolo no CBMSC: D95 a D100.</p> <p>7.2 Serão considerados entregues e finalizados somente os serviços que se apresentarem comprovadamente em perfeito estado e que não possuam qualquer pendência de execução e/ou acabamento.</p>
8	<p>VIGÊNCIA CONTRATUAL:</p> <p>8.1 O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência de 6 (seis) meses, prorrogáveis a critério da CONTRATANTE.</p>
9	<p>FISCALIZAÇÃO:</p> <p>9.1 A CONTRATANTE fiscalizará a execução do objeto deste Termo de Referência através de representante devidamente credenciado.</p> <p>9.2 A fiscalização, por parte da CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto e a observância de todos os preceitos legais e de boa técnica.</p> <p>9.3 Toda comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, relacionada à execução do objeto, deverá ser feita por escrito ao gestor do contrato.</p> <p>9.4 A CONTRATANTE reportará eventuais ocorrências/falhas na execução do objeto diretamente à empresa CONTRATADA, a quem competirá saná-las, na forma deste Termo de Referência.</p> <p>9.5 A inobservância do disposto na cláusula anterior poderá ensejar a aplicação de penalidades à empresa CONTRATADA, na forma deste Termo de Referência.</p> <p>9.6 Sempre que solicitada, a fim de possibilitar a fiscalização do cumprimento dos deveres da CONTRATADA como empregadora, a</p>



	<p>CONTRATADA compromete-se a apresentar relatório à CONTRATANTE contendo, pelo menos, os documentos atualizados previstos no item 5.34 deste Termo de Referência.</p>
10	<p>APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:</p> <p>10.1 Os interessados deverão apresentar suas propostas até o dia 28 de janeiro de 2020, às 17:00 horas (horário de Brasília/DF), na Rua Presidente Coutinho, 160 – Centro – Florianópolis/SC, CEP 88.015-230, A/C Divisão de Compras, ou então enviá-las digitalizadas para o e-mail: marcos.baptista@fahece.org.br até esta data e horário.</p> <p>10.2 As propostas de preços devem ser redigidas em português, em moeda nacional (R\$), de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datadas, numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo representante da proponente, contendo as seguintes informações: a) identificação e endereço completo da empresa proponente; e b) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.</p> <p>10.3 A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias.</p> <p>10.4 A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, prorrogar a data de apresentação das propostas, que será devidamente publicado no portal www.fahece.org.br.</p> <p>10.5 O encaminhamento de propostas de preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências previstas no Termo de Referência, não podendo haver desistência por parte dos proponentes, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;</p> <p>10.6 Nas propostas apresentadas deverão estar inclusos todos os tributos e encargos de qualquer natureza, tais como despesas com transporte, hospedagem, alimentação, etc., que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto deste Termo de Referência, não sendo aceita pela CONTRATANTE qualquer reivindicação a este título.</p> <p>10.7 A Proposta deverá conter apenas as informações referentes ao objeto deste Termo de Referência.</p>
11	<p>JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:</p> <p>11.1. Requisitos de Habilitação:</p> <p>11.1.1 As propostas deverão conter os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:</p> <p>11.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial e de sociedade por ações, acompanhar documentos de eleição de seus administradores ou documento que comprove poderes para assinar documentos referentes a presente Coleta de Preços;</p> <p>11.1.3 Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;</p> <p>11.1.4 Alvará de funcionamento;</p> <p>11.1.5 Certidões de negativas da Fazenda Municipal, Estadual, União e FGTS;</p>



11.1.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Termo de Referência.

11.1.7 Declaração de que o proponente não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, segundo o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99);

11.1.8 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias;

11.1.9 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas expedida em nome do proponente, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943; Pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho de atividades semelhantes ao objeto do presente Termo de referência em características, quantidades e prazos.

11.1.10 Declaração de que a proponente não possui sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) que seja(m) servidor(es)/empregado(s) ocupante(s) de cargo(s) ligado(s) ao processo de contratação ou membro(s) da diretoria da FAHECE ou do HEMOSC, ou que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o primeiro grau, de servidor(es)/empregado(s) ocupante(s) de cargo(s) ligado(s) ao processo de contratação ou membro(s) da diretoria da FAHECE ou do HEMOSC.

11.1.11 Declaração por escrito, indicando o responsável técnico pela prestação dos serviços, acompanhada de cópia do RG e CPF, bem do registro do conselho regional responsável.

11.1.12 Pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho de atividades semelhantes ao objeto do presente termo de Referência em características, quantidades e prazos.

11.2. Critério de julgamento das propostas:

11.2.1 O critério de julgamento é o de **menor preço global**, obtido através da soma dos itens unitários que compõem.

11.2.2 Será desclassificada a proposta que não atender às exigências deste Termo de Referência, que seja omissa e/ou apresente irregularidades insanáveis, que indique preço com valor igual a zero, simbólico e/ou irrisório, excessivo e/ou manifestamente inexequível;

11.2.3 Se houver indício de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, sendo vedada, contudo a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.



	<p>11.2.4 Se todas as propostas forem desclassificadas, a CONTRATANTE poderá, antes de divulgar a classificação final e antes de abrir prazo para recurso relativo à fase de classificação, conceder aos proponentes o prazo de 05 (cinco) dias corridos para apresentarem novas propostas, sem os vícios que acarretaram a desclassificação.</p> <p>11.2.5 Verificando-se absoluta igualdade entre duas ou mais propostas inicialmente classificadas em primeiro lugar, a CONTRATANTE designará dia e hora para que os proponentes empatados apresentem novas ofertas de preços; se nenhum deles puder ou quiser formular nova proposta; ou caso se verifique novo empate, o desempate será decidido por sorteio entre os igualados.</p> <p>11.2.6 A CONTRATANTE não aceitará, em hipótese alguma, alegações de omissão na proposta ou no Termo de Referência com o objetivo de alterar a classificação dos proponentes ou o preço proposto.</p> <p>11.2.7 A CONTRATANTE poderá negociar com os proponentes cujas propostas obtiverem as três melhores classificações, de forma sucessiva e por escrito, buscando sempre condições contratuais mais vantajosas.</p> <p>11.2.8 A CONTRATANTE divulgará, em seu site, a empresa classificada.</p> <p>11.2.9 Será conferida a documentação de habilitação somente do interessado que apresentou a proposta de menor preço. Havendo irregularidades insanáveis na proposta, será efetuada a análise da documentação do segundo colocado e assim sucessivamente.</p>
12	<p>HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO DO VENCEDOR:</p> <p>12.1 O resultado do julgamento da coleta de preços será submetido à autoridade competente da CONTRATANTE para homologação.</p> <p>12.2 Após a homologação do resultado, o vencedor será convocado para assinar o contrato, quando cabível, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da sua expressa convocação.</p> <p>12.3 Se o convocado não comparecer no prazo indicado; não apresentar situação regular; ou injustificadamente recusar-se a contratar, fica facultado à CONTRATANTE convocar os remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.</p> <p>12.4 O atendimento do prazo de convocação pela parte poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.</p>
13	<p>PAGAMENTO:</p> <p>13.1 O pagamento será realizado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da CONTRATADA e de acordo com a sistemática de pagamento da CONTRATANTE, após o recebimento da Nota Fiscal, observados os seguintes critérios:</p> <ol style="list-style-type: none">30% quando do cumprimento da etapa 2 do cronograma de execução;30% quando do cumprimento da etapa 5 do cronograma de execução;30% quando do cumprimento da etapa 5 do cronograma de execução;10% quando da aprovação no CBMSC.



	<p>13.2 A Nota Fiscal/Fatura dos serviços, para efeitos fiscais deverá ser emitida até o último dia do mês de referência da execução, e encaminhada à CONTRATANTE até o 1º dia útil do mês subsequente, para conferência e pagamento.</p> <p>13.3 Nos pagamentos efetuados nas condições acima estarão inclusos todos os ônus, impostos, taxas, tributos, encargos sociais, administrativos e financeiros;</p> <p>13.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.</p> <p>13.5 Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de deduzir de pagamentos devidos à CONTRATADA, sejam eles decorrentes ou não deste Termo de Referência, e desde que o faça mediante comunicação formal com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, importâncias correspondentes a: i) débitos a que a CONTRATADA tiver dado causa, notadamente multas de qualquer espécie, acrescidos de consectários; ii) despesas relativas à correção de falhas causadas pela CONTRATADA; iii) dedução relativa a insumos de responsabilidade da CONTRATADA que por ela não tenha sido fornecidos; iv) utilização de materiais ou equipamentos da CONTRATANTE, cujo fornecimento seja obrigação da CONTRATADA.</p> <p>13.6 Dos pagamentos devidos à CONTRATADA serão deduzidos todos os tributos cabíveis, na forma da lei, que serão recolhidos diretamente pela CONTRATANTE.</p> <p>13.7 Caso o vencedor desta coleta de preços comprove que já é contribuinte de um dos tributos supracitados, a CONTRATANTE não efetuará a sua retenção, desde que a CONTRATADA comprove mensalmente o recolhimento dos mesmos.</p>
14	<p>RESCISÃO DO CONTRATO:</p> <p>14.1 A CONTRATANTE poderá rescindir o contrato unilateralmente nos seguintes casos:</p> <p>14.2 Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;</p> <p>14.3 A lentidão na execução do objeto deste Termo de Referência apta a ensejar a conclusão do serviço/fornecimento/obra fora dos prazos estipulados;</p> <p>14.4 Atraso injustificado no início da execução do objeto;</p> <p>14.5 Paralisação da execução do objeto sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;</p> <p>14.6 Subcontratação, associação do contrato com outrem, cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação não admitidas no Termo de Referência e no Contrato;</p> <p>14.7 Desatendimento das determinações regulares da autoridade</p>



	<p>designada para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;</p> <p>14.8 O cometimento reiterado de faltas;</p> <p>14.9 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto;</p> <p>14.10 O Contrato resultante deste Termo de Referência poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação prévia, (i) por motivo de caso fortuito ou força maior que impeça a sua execução, de forma definitiva ou provisoriamente, a critério da CONTRATANTE; (ii) na hipótese de a CONTRATADA (a) ter a sua falência decretada em juízo, (b) ter plano de recuperação judicial deferido por juízo, (c) pedir autofalência, (d) ingressar com pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial, (e) vier a ser liquidada ou dissolvida, (f) ter título protestado ou débito inscrito no CADIN, cujo valor possa, a juízo da CONTRATANTE, comprometer a execução do Contrato e/ou (g) restar comprovado que a CONTRATADA possui débito trabalhista.</p> <p>14.11 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, a qualquer momento, pela CONTRATANTE, e sem a incidência de ônus ou multa, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, sem prejuízo do cumprimento integral das obrigações que estiverem pendentes até a data da efetiva rescisão.</p> <p>14.12 Na hipótese da cláusula anterior, caso a CONTRATANTE tenha realizado qualquer pagamento antecipadamente à conclusão da execução do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada ao reembolso dos valores pagos, proporcionalmente à parcela do objeto não concluída, em até 10 (dez) dias após o encerramento da contratação.</p> <p>14.13 Afora as situações acima elencadas, a rescisão contratual poderá ocorrer nas demais situações legalmente previstas.</p> <p>14.14 Nos casos de rescisão, independentemente do motivo, os pagamentos que estiverem pendentes ficarão condicionados à apresentação de cópia dos recibos de pagamento e indenização de todos os empregados da CONTRATADA, dando total quitação de débitos trabalhistas, no que se refere ao Contrato decorrente deste Termo de Referência.</p>
15	INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS: <p>15.1 Das decisões proferidas nesta coleta de preços quanto ao julgamento das propostas, habilitação e inabilitação de proponentes, revogação ou anulação, caberá recurso, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da respectiva comunicação, sob pena de preclusão.</p> <p>15.2 O recurso deverá ser digitado, rubricado e assinado por pessoa legalmente habilitada para tanto, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e protocolizado por e-mail ou diretamente na CONTRATANTE, na Rua Presidente Coutinho, 160 – Centro – Florianópolis/SC, CEP 88.015-230, A/C Divisão de Compras, no horário das 8 horas às 17 horas, em dias úteis.</p> <p>15.2.1. O recurso encaminhado por e-mail deve observar, quanto ao último dia do prazo, o horário limite disposto na cláusula anterior.</p>



	<p>15.3 Interposto o recurso, será dado conhecimento de seus termos aos demais proponentes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento da respectiva comunicação. As impugnações ao recurso deverão ser feitas nos moldes do recurso, conforme especificado acima.</p> <p>15.4 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, prorrogando-se este para o primeiro dia útil seguinte, quando recair em dia que não haja expediente na CONTRATANTE.</p> <p>15.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na CONTRATANTE, na Rua Presidente Coutinho, 160 – Centro – Florianópolis/SC, CEP 88.015-230, A/C Divisão de Compras, no horário das 8 horas às 17 horas, em dias úteis.</p>
16	SANÇÕES: <p>16.1 A inexecução total ou parcial do contrato pela CONTRATADA facultará, à CONTRATANTE, o direito de aplicação das seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla e prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da respectiva notificação:</p> <p>16.1.1. Advertência formalizada por meio de correspondência;</p> <p>16.1.2. Multa diária correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total atualizado do contrato, enquanto perdurar a situação de inadimplência contratual;</p> <p>16.1.3. Suspensão temporária do direito de contratar com a CONTRATANTE, por até 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação de multa.</p> <p>16.3.1. Também incide na infração aludida no item 16.3.1 quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude ou conluio.</p> <p>16.2. As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado pela CONTRATANTE após sua aplicação;</p> <p>16.3. O valor das multas não poderá ultrapassar o limite de 10% (dez por cento) do valor total atualizado da contratação, hipótese em que a contratação, a critério da CONTRATANTE, poderá ser rescindida;</p> <p>16.4. A CONTRATADA poderá recorrer da aplicação da multa, em petição motivada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data do recebimento da notificação.</p> <p>16.5. As multas deverão ser pagas imediatamente, ou serão descontadas pela CONTRATANTE do primeiro pagamento devido à CONTRATADA após a aplicação da penalidade de multa, bem como dos subsequentes, se o valor do primeiro não for suficiente.</p> <p>16.6. O valor da multa será corrigido monetariamente pela variação do IPCA do IBGE, incidindo, ainda, juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o principal corrigido até a data de seu efetivo pagamento, sem prejuízo da cobrança de eventuais custas judiciais e honorários advocatícios.</p>



	<p>16.7. Caso haja descumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, ou documentos/equipamentos em desacordo com a legislação, a CONTRATADA poderá receber Advertência Escrita para que regularize seu erro.</p> <p>16.8. Se não houver correção dentro do prazo concedido pela CONTRATANTE, ou as violações sejam praticadas de forma reiterada, aplica-se o disposto no item 16.1.</p> <p>16.9. Independentemente da aplicação de sanções à CONTRATADA, faculta-se à CONTRATANTE a rescisão do contrato nos termos do item</p>
17	<p>DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>17.1. As certidões sem data de validade deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data de apresentação das propostas.</p> <p>17.2. É facultada a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução deste processo de contratação.</p> <p>17.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.</p> <p>17.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.</p> <p>17.5. As regras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.</p> <p>17.6. Qualquer pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado por escrito, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para apresentação das propostas, no endereço eletrônico marcos.baptista@fahece.org.br;</p> <p>17.7. O não exercício de direitos previstos neste Termo de Referência representará simples tolerância, não podendo ser invocado pela outra parte como novação ou renúncia de qualquer das suas obrigações aqui assumidas, podendo exercê-los a qualquer tempo.</p> <p>17.8. Os prazos referidos neste Termo de Referência são contados em dias úteis, salvo disposição expressa, e só iniciam e vencem em dias úteis para as partes.</p> <p>17.9. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o primeiro dia e incluir-se-á o dia do vencimento.</p> <p>17.10. As hipóteses de caso fortuito ou força maior do artigo 393 do Código Civil serão excludentes de responsabilidade, se devidamente comprovadas.</p> <p>17.11. Quaisquer acordos, alterações, prorrogações, ajustes, pagamentos extraordinários, e outras adaptações ou complementações necessárias, de acordo com a forma do pactuado no contrato, serão impreterivelmente celebrados por aditivo.</p> <p>17.12. O encaminhamento de proposta pelo proponente implica declaração formal de aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência.</p> <p>17.13. Não serão aceitas, em hipótese alguma, futuras alegações de omissão ou inexatidão nas propostas apresentadas, com o objetivo de alterar o preço proposto.</p> <p>17.14. A falta de fiscalização não eximirá a CONTRATADA de suas</p>



responsabilidades contratuais, nem significará aceitação tácita por parte da CONTRATANTE.

17.15. A CONTRATANTE se resguarda ao direito de ajuizar ação de regresso trabalhista contra a CONTRATADA por quaisquer danos e/ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, por ação ou omissão sua ou de seus empregados, auxiliares, prepostos ou quaisquer terceiros, à CONTRATANTE ou a terceiros, bem como pela inobservância ou infração de disposições legais, regulamentos ou posturas vigentes em razão da execução dos serviços objeto do contrato decorrente deste Termo de Referência.

17.16. Não poderão participar deste processo de contratação empresas cujo(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) seja(m) servidor(es)/empregado(s) ocupante(s) de cargo(s) ligado(s) ao processo de contratação ou membro(s) da diretoria da FAHECE ou do HEMOSC, ou que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o primeiro grau, de servidor(es)/empregado(s) ocupante(s) de cargo(s) ligado(s) ao processo de contratação ou membro(s) da diretoria da FAHECE ou do HEMOSC .

17.17. A CONTRATADA não poderá subrogar, ceder ou de qualquer forma transferir a terceiros o presente contrato ou direitos e/ou obrigações dele decorrentes, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

17.19 Não poderão participar deste processo de contratação empresas cujo(s) profissional(is) tenha(m) possuído vínculo empregatício com a CONTRATANTE nos últimos 18 meses, tanto titular(es) ou sócio(s) da empresa quanto empregado(s) ou trabalhador(es) sem vínculo, exceto se, naquele caso, já for(em) aposentado(s).

17.20. Não se aplica o disposto na cláusula anterior se os referidos titulares ou sócios forem aposentados.

17.21. Quaisquer despesas extraordinárias, que venham a incidir sobre os serviços, no decorrer da vigência do Contrato, só serão realizadas se previamente aprovadas pela CONTRATANTE.

17.22. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo que anteceda a contratação, e a seu exclusivo critério, cancelar o processo de seleção regido por este Termo de Referência, sem que caibam aos participantes quaisquer direitos, vantagens ou indenizações. Poderá, ainda, recusar-se a formalizar o instrumento contratual com empresas que não demonstrem capacidade técnica e/ou percam os requisitos de habilitação exigidos por este Termo de Referência.

17.23. Os casos omissos serão inicialmente tratados entre as partes.

17.24. O foro competente para dirimir questões relativas a este Termo de Referência é a Comarca da Capital – Florianópolis/SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2020.